

# Paul Zumthor

## Teoria literária e Idade Média

Se vocês fizessem a lista dos eruditos, críticos, filósofos (e outros) mais importantes que nos últimos trinta ou quarenta anos estabeleceram os fundamentos das diferentes doutrinas mais ou menos científicas, agrupadas sob o nome geral de "Teoria Literária"... não creio que iriam encontrar nem sequer *um* medievalista especializado.

Isso não é por acaso.

A razão dessa lacuna (que só começa a ser compensada há três ou quatro anos) não é pura e simplesmente porque todos os medievalistas sempre se tivessem recusado empenhar-se em questões teóricas. Acho que a causa capital desse deplorável fato é uma divergência fundamental das necessidades técnicas desses dois tipos de indagações e dos modos de pensar que ambos supõem.

A Idade Média é tempo passado. O medievalista em geral só forma uma idéia histórica do seu objeto de estudo: quero dizer, tem uma certa disposição natural para tratá-lo como uma *origem*, como uma *fonte remota* do presente cultural, cuja

investigação se faz *a partir desse presente*, em conformidade com os nossos próprios problemas.

Pode ser que esta posição fosse frutífera. Mas a ciência histórica medievista constituiu-se no século dezenove, no tempo dum romantismo, depois dum positivismo, que agora já ultrapassamos de diferentes maneiras.

Assim, o que muitos medievistas tomam como ponto de partida (ou também de chegada!) das pesquisas, e como termo de confronto é menos o mundo cultural de hoje do que o de ontem. Daí a permanência, nos estudos sobre os textos medievais, de noções absolutas, elaboradas numa perspectiva nem medieval, nem moderna, como as de representação, de expressão, de veracidade, de influência, tomadas como evidências, nunca analisadas... ainda que o esforço principal da teoria literária atual consista em tentar analisá-las.

A teoria literária, na década de trinta do nosso século, baseou-se na pressuposição de que todos os objetos se pudessem perceber, definir e analisar *sem nenhuma consideração do seu modo histórico de existir*.

Este ponto de vista estritamente estruturalista também está hoje mais ou menos ultrapassado. Contudo permanece a tendência teórica (que vocês bem conhecem) de estudar de preferência textos modernos (e, se possível, contemporâneos): o objeto dessa teoria é o que *é*, muito mais do que o que se *transforma*.

Esse é o problema que está me apaixonando há mais de dez anos.

Eu sou medievista, educado por mestres da velha escola, filólogos e historiadores de ciência vastíssima, mas desprovidos de interesse pelo lado, por assim dizer, filosófico dessa mesma ciência, inconscientes das implicações epistemológicas da maneira com que transmitiam o seu saber.

Pois, no decorrer dos anos tive várias oportunidades (além dos meus estudos medievistas) de colocar-me de vez em quando

problemas teóricos, principalmente a questão do que é o que chamamos um “texto”.

Aos poucos passei a me interrogar a respeito dos textos que melhor conhecia: os textos medievais da língua francesa. Daí o meu livro *Essai de Poétique Médiévale*, lançado em 1972 e que talvez vocês já conheçam.

Não tenho a intenção de falar desse livro! Mas creio que seja útil (antes de passar ao verdadeiro assunto dessas conferências) formular alguns princípios que estejam subentendidos em tudo o que vou dizer em seguida.

O problema pode ser enunciado em termos simples. Formulo-o em três proposições aparentemente contraditórias:

A primeira é que a teoria literária é um dos frutos específicos da *nossa* cultura: quero dizer que nasceu num mundo particular, o da metade do século vinte, e que fica indissoluvelmente ligada ao ambiente intelectual e psicológico dela. Não seria possível considerá-la separadamente das suas condições de nascimento: acha-se historicamente marcada.

A segunda proposição é a que os textos ou documentos provindos de épocas mais ou menos antigas têm de ser considerados, antes de tudo, como frutos duma outra cultura, ligados com um mundo não só em alguma maneira distinto do nosso, mas sem analogia ou relação evidente conosco. Se talvez pareça que haja alguma relação, é preciso demonstrá-la antes de basear-se nela. A dificuldade só é a de definir a palavra “antiga”: em que lugar passa a fronteira entre o moderno e o antigo, entre o jovem e o velho? A resposta só pode ser intuitiva, aproximativa, fundada sobre considerações diversas e sempre controversas: há na história cultural fatores que permanecem sem transformar-se durante séculos, outros que se transformam cada dez anos! Contudo, essa dificuldade parece-me muito maior para o especialista que vai estudando, por exemplo, o século dezessete ou dezoito do que para o medievista.

Apesar de algumas sobrevivências medievais nas margens da nossa cultura atual, creio que a Idade Média (no seu conjunto) está tão afastada do nosso tempo e da nossa mentalidade que se pode dizer realmente “antiga”...

A terceira proposição procede das duas primeiras. Eu a formularei em forma de uma pergunta: será que podem as noções utilizadas pela teoria literária superarem o que chamo a “distância cultural”? — E se sim, *como* é que podem? Com que condições metodológicas? Por meio de que transformações?

É a esta pergunta que nos meus livros tento responder. Não tenho a ilusão de que a minha resposta esteja perfeitamente límpida: mais que *uma* resposta, hei-de dar uma série de respostas particulares que (espero-o!) aos poucos convergirão. Não duvido de que seria possível aperfeiçoá-las progressivamente de tal modo que se elabore uma teoria geral da literatura medieval. Prefiro porém abster-me de considerações demasiado abstratas e de generalizações talvez prematuras.

Não quero trabalhar de uma maneira quase filosófica, ou antropológica, nem puramente formalista. Proponho-lhes um certo número de textos, isso é, de objetos concretos, constituídos num tempo passado, historicamente marcado (a Idade Média); é preciso descrevê-los, analisá-los, depois procurar algumas regras para explicar o seu funcionamento comum, por fim verificar as semelhanças e diferenças entre eles e textos modernos. Nada mais.

Das três proposições já enunciadas, agora vou deduzir os princípios que nos guiam nessa leitura.

Em primeiro lugar, acho que seja proveitoso prestar atenção muito mais às diferenças culturais entre os séculos XV e XX do que às semelhanças.

De fato, ambas podem observar-se em níveis diversos: o da vida cotidiana e dos hábitos morais; o das idéias; da arte; por fim, o da “escritura”. Porém, uma diferença ou semelhança tem dois

aspectos (a sua realidade profunda e a sua aparência), os quais talvez não coincidam. Por exemplo, muitos gestos de cortesia usuais hoje em dia se parecem com ritos da cavalaria medieval: mas é evidente que a sua função social, moral, afetiva é totalmente diferente.

Em cada nível, a repartição da realidade e da aparência nas diferenças, e também nas semelhanças, não é idêntica. Se me limito a fazer comparações no campo da escritura dos poetas do ano de 1500, essa me *parece* relativamente pouco diferente da dos poetas da década de 1970; porém a sua *realidade funcional* tem outra natureza.

Assim estou convencido de que, a fim de percebermos claramente as propriedades específicas dessa escritura, seja necessário limpar o terreno de investigação de todas as falsas aparências.

Tomo aqui a palavra “escritura” num sentido triplo mas (ao mesmo tempo) restrito:

a) a própria operação material de escrever, de traçar letras sobre o papel, *mas* sem vontade de comunicação imediata, primária: a “escritura” dirige-se a uma coletividade de leitores, só implica numa vontade de comunicação mediata, secundária, além dum espaço desconhecido que (em princípio) não permita um contato pessoal entre o autor e o leitor;

b) “escritura” implica também todas as condições (biológicas, econômicas, psicológicas, filosóficas) nas quais a operação de escrever se desenvolve;

c) “escritura” significa, por fim, o resultado da operação assim condicionada.

Esses três sentidos estão inseparavelmente ligados: só me parece útil distingui-los por que correspondem a três pontos de vista analíticos.

Em segundo lugar, é impossível para nós (e talvez seja intelectualmente desonesto) renunciar aos instrumentos de análise elaborados desde há alguns anos pela teoria literária. É graças a estes instrumentos (quero dizer, conceitos e métodos) que o nosso estudo se integra na nossa cultura, no mundo onde vivemos.

“Ler” um texto medieval (e tentar perceber a sua vida própria) só pode significar torná-lo qualquer coisa compreensível por uma inteligência do século XX, condicionada pelos seus próprios conceitos e costumes mentais. Ler o mesmo texto com óculos fabricados no século XIX por medievistas românticos não vale para nós senão como olhar para um objeto necrosado, preservado num bocal de vidro!

Mas (em terceiro lugar) é preciso que essa contradição aparente não anule a diferença cultural entre nós e os textos. Isso coloca um problema relativo às relações interculturais.

Proponho, para tentar resolvê-lo, duas regras metodológicas que se apliquem *em cada momento da leitura*:

a) determinar o que chamo a “Historicidade” do texto, quero dizer, os indícios formais da maneira em que se insere na cultura do seu tempo;

b) sempre que para isso pareça necessário, definir outra vez, adaptar, transformar, ou também abandonar as noções críticas modernas.

Alguns exemplos:

A própria noção de *texto* hoje é, me parece, imprescindível para tratar de qualquer assunto literário: assim, eu falo de “textos medievais”.

Mas numa cultura que não tinha imprensa, — onde um livro era um objeto de fabricação manual, só distribuído em número reduzidíssimo, — onde escrever era uma ação tecnicamente muito complicada, — onde a maior parte do público não era

capaz nem de *ler* (por falta de exemplares do livro... ou por analfabetismo!) e só podia *ouvir* o que estava escrito... nessa cultura os diversos elementos de definição do "texto" não podiam ser exatamente os mesmos que para nós. Em geral, direi que o "texto medieval" (por causas materiais) está muito mais *próximo do corpo do seu autor* do que o texto moderno.

Segundo exemplo: a noção de *tradição*, útil mas secundária na perspectiva da literatura moderna, é central e indispensável na perspectiva da cultura medieval. No meu *Essai de Poétique* pareceu-me necessário dedicar um capítulo inteiro à tradição, a qual constitui o próprio modo de existir dos textos, caracterizando-os numa maneira essencial.

Terceiro exemplo: a noção de *mimesis* (ou imitação), extraída de Aristóteles na época clássica, e agora ainda usada pela chamada "neo-retórica", não vale nada para explicar fenômenos textuais da Idade Média, por que é incompatível com a de tradição, tomada nesse sentido forte.

Somos gratos ao Prof. Paul Zumthor pela permissão que nos deu para publicar aqui este texto, primeiro de uma série de conferências realizadas em 1977, no Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem (UNICAMP).